



BOLETIM DA

aepetASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁSMARÇO
DE 1990

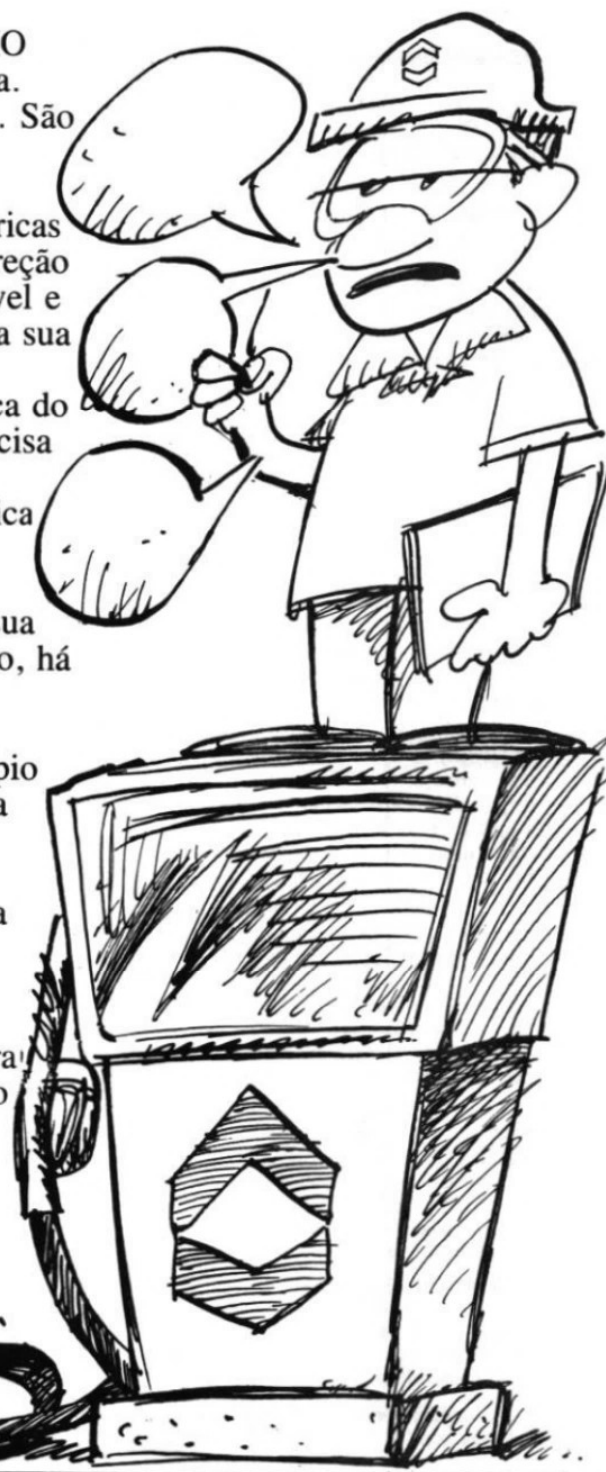
AEPET responde ataques à Petrobrás

Os ataques à PETROBRÁS e ao MONOPÓLIO voltam a ocupar amplos espaços na imprensa. Não são críticas procedentes ou construtivas. São investidas maliciosas, inverdades, diatribes que desservem à democracia, desinformando a opinião pública, procurando jogá-la contra conquistas históricas do nosso povo. A AEPET tem enfatizado para a direção da PETROBRÁS, em diferentes ocasiões, a inadiável e imperiosa necessidade de defender a Companhia e a sua imagem. Embora haja melhorado, o trabalho de esclarecimento da população — atribuição específica do Serviço de Comunicação Social (SERCOM) — precisa ser intensificado. Nada pode ficar sem resposta!

A PETROBRÁS, empresa da administração pública indireta, deve observar princípio constitucional da publicidade, sendo transparente, informando à comunidade sobre todos os aspectos relevantes da sua vida empresarial. Não há o que ocultar. Ao contrário, há muito o que passar para a opinião pública. Cabe, sobretudo à direção da Companhia, zelar pelo MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO, princípio constitucional, votado democraticamente, por ampla maioria, pela Assembléia Nacional Constituinte. A defesa da PETROBRÁS e do MONOPÓLIO DO PETRÓLEO é a defesa da Constituição democrática de outubro de 1988.

Os cidadãos brasileiros têm direito à informações corretas e isentas.

É hora de defender a nossa PETROBRÁS e a obra engrandecedora que realiza em benefício do país e do seu desenvolvimento. Defesa destemida, sem vacilações, se necessário através de matérias pagas e até mesmo com o recurso à via judicial.

*Albino*

EM DEFESA DA PETROBRÁS

Privatização

19 janeiro 90 — O coordenador do Núcleo da AEPET em São Paulo, Sydney Affonso, envia carta ao JORNAL DA TARDE rebatendo a tese sobre a privatização da Petrobrás defendida no editorial "Princípio do Fim", publicado no dia anterior.

Não nos chocou o discurso de seu editorial "Princípio do Fim" publicado em 18 de janeiro pois temos acompanhado suas idéias privatizantes.

A falácia da eficiência das empresas privadas no Brasil, apesar da memória curta do nosso povo, não consegue apagar os casos como os da Corôa-Brastel, da Haspa, do COMINO, do Banco Auxiliar, da COFERRAZ, da LUFTALLA e do PRÓALCOOL e seu descompromisso com o abastecimento. São juros e insumos subsidiados, compras garantidas, privilégios nos prazos de pagamento, que acabam penalizando o Estado e as estatais, como é o caso por exemplo da PETROBRÁS, Siderúrgica e ELETROBRÁS que vendem seus produtos abaixo do custo, beneficiando as multinacionais.

Realmente, se o primeiro Rockefeller estivesse vivo, diria que o melhor negócio do mundo é ser multinacional em um país do terceiro mundo como o nosso e ainda gozar de prestígio com a imprensa onde o nível de informação é proporcional ao nível de educação do povo.

Sua afirmação de que o Brasil sustenta a PETROBRÁS não é verdadeira e sugerimos uma retratação. A PETROBRÁS é uma luta do povo brasileiro e cremos que os 35 milhões a que se refere não têm intenção de acabar com a maior empresa deste país beneficiando suas concorrentes internacionais.

A PETROBRÁS já provou sua competência com a elevação da produção nacional de petróleo em até 700 mil barris por dia. Constatou ainda a possibilidade da auto-suficiência em petróleo em apenas 7 anos, com investimentos anuais da ordem de US\$ 4 bilhões em 4 anos. Razóavel para uma empresa que fatura mais de US\$ 12 bilhões por ano.

Esta empresa, apesar das dificuldades impostas, tem provado sua atualização tecnológica na exploração em águas profundas.

Começou a ser conhecida no mundo inteiro pelas concorrências em que participou e está se tornando uma ameaça competitiva aos verdadeiros tigres de papel.

A questão do monopólio está definida na Constituição, bem como o direito de greve, inclusive para os petroleiros, e acreditamos que os democratas são aquelas que respeitam nossa Carta Magna.

As multinacionais já provaram sua incompetência com os baixíssimos resultados que

apresentaram na ocasião dos contratos de risco.

No mercado brasileiro do petróleo existe a concorrência na distribuição de derivados (o filet mignon) onde as multinacionais, além de não contribuírem com nenhum ganho tecnológico provocam uma remessa de lucros ao estrangeiro. Por que o JT não faz um levantamento do montante desta remessa e o compara com o que seria necessário para solucionar o problema da educação e da saúde de nosso país? Por que não lutam para que aumentem as concessões cartoriais para novas distribui-

doras, principalmente para cooperativas formadas por postos distribuidores, nacionalizando progressivamente esta atividade?

Constatamos ainda que o grande monopólio deste país é o da informação, onde apenas o poder econômico consegue propagar suas idéias na mídia. As concessões cartoriais fornecidas caracterizam este verdadeiro tigre de papel, som e imagem.

Não existe democracia onde não há democratização dos meios de comunicação e apesar do desequilíbrio de forças, não calaremos ante a desnacionalização deste país pelas elites.

(...)Por que no momento em que a Argentina de Memem, que já é auto-suficiente na produção de petróleo, abre suas fronteiras para quem quiser competir com a Yacimientos Petrolíferos, o Brasil insiste em permanecer na dependência de uma única empresa que não tem condições nem mesmo de manter esgotados de petróleo suficientes para evitar que uma greve possa redundar na paralisação dos transportes do país inteiro?

Por que não sairmos juntos — a Petrobrás e o Brasil — do fundo do precipício em que nos precipitou a falência de um Estado prostrado pelo proprio gigantismo?

Por que em vez de prever o principio do fim da Petrobrás não estudar o fim do monopólio da Petrobrás que marcaria o início da reabilitação da Petrobrás e abreviaria o fim da dependência do Brasil do petróleo importado?

Coragem, presidente Collor. Nós somos 35 milhões a apoiá-lo na luta contra esse tigre de papel.

TRECHO DO EDITORIAL DO JORNAL DA TARDE DE 18/01/90

A Petrobrás tem sido um dos alvos preferidos da grande imprensa nesta guerra deflagrada pelos principais jornais contra as empresas estatais. Os ataques ao monopólio do petróleo são diários. Com o claro objetivo de confundir a opinião pública a imagem da Petrobrás é divulgada com desprezo e descrédito.

A AEPET vem respondendo com rigor aos ataques da grande imprensa. Mas não é possível rebater, diariamente, as críticas e descabros divulgados em recheadas edições dos grandes jornais do País.

Precisamos somar esforços. Conclamamos nossos associados e representantes dos núcleos regionais a fazerem o mesmo. Escrevam para as redações dos jornais toda a vez que a Petrobrás for atingida por artigos que desprezem o compromisso da Companhia com a sociedade brasileira.

Superar a crise

31 janeiro 90 — O JORNAL DO BRASIL publica artigo do diretor de Comunicações da AEPET, Ricardo Maranhão, intitulado "O Novo Governo e a Petrobrás". O mesmo artigo é publicado, em seguida, nos jornais O FLUMINENSE, JORNAL DE BRASÍLIA, FOLHA DA MANHÃ (CAMPOS), O DEBATE (MACAÉ) e no Boletim O PETROLEIRO (Sindicato de Campinas)

O NOVO GOVERNO E A PETROBRÁS Ricardo Maranhão

O novo governo deverá enfrentar complexas e graves questões. Entre essas avulta a crise financeira da PETROBRÁS, que lhe reduz a capacidade de investir, impedindo-a de atingir os seus objetivos, fundamentais ao desenvolvimento nacional.

Sem a superação de uma crise desta magnitude serão inevitáveis a estagnação e o declínio da produção de petróleo e derivados. Aumentará a nossa dependência externa, traduzida em maiores importações com reflexos negativos no balanço de pagamentos.

Já se fazem sentir em milhares de empresas, nos ramos da indústria e dos serviços, nefastas consequências dessas dificuldades vividas pela PETROBRÁS, materializadas em elevada ociosidade, desemprego, retrocesso tecnológico e sacrifício de equipes técnicas formadas com muito esforço.

Observe-se ainda que 9 estados e 450 municípios brasileiros terão as suas receitas prejudicadas com a diminuição dos "royalties" que lhe são pagos pela PETROBRÁS.

A Companhia — gerando ou poupando divisas, em volume que supera US\$ 10 bilhões, anualmente — é responsável por mais da metade dos "superavits" comerciais obtidos pelo país nos últimos dois anos. Com as suas subsidiárias a PETROBRÁS assegura mais de 70.000 empregos diretos e 3 milhões indiretos. Em 1988 foram recolhidos aos cofres públicos, em impostos, taxas e contribuições sociais, recursos equivalentes a US\$ 2,7 bilhões, expressiva contribuição da empresa para a redução do déficit público. Mediante contratos, bolsas, estágios e cursos a PETROBRÁS mantém intercâmbio com cerca de quarenta universidades e centros de pesquisa no país como UFRJ, UNICAMP, COPPE, IME, PUC, dando extraordinário apoio à pesquisa universitária e ao desenvolvimento tecnológico.

Enfim, ninguém ignora como é amplíssimo o alcance da ação da PETROBRÁS nos campos político, econômico, tecnológico e social.

No entanto a origem desta crise não é de responsabilidade da empresa, cuja competência e eficácia são reconhecidas internacionalmente.

Tudo resultou de uma política governamental que pretendeu combater a inflação comprimindo e aviltando tarifas e preços pú-



blicos, num sacrifício inútil, que descapitalizou as empresas estatais.

Acrescenta-se a isso quase 500 milhões de dólares devidos à PETROBRÁS por órgãos do Governo, e os subsídios concedidos pela empresa, por determinação governamental, a grupos privados, notadamente aos produtores de álcool e à indústria petroquímica, em montante superior a 4,5 bilhões de dólares, nos últimos dez anos.

Outra causa de descapitalização encontra-se no sistema de vendas às distribuidoras de derivados, cujo prazo de pagamento demorado, em inflação crescente, sacrifica financeiramente a PETROBRÁS.

Estes desacertos começam a ser corrigidos graças à ação do Congresso Nacional, onde foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, que apura as causas da crise e vem sugerindo medidas corretivas às autoridades econômicas.

O novo governo deverá, pois, dispensar atenção especial à PETROBRÁS, empresa que simboliza a capacidade realizadora de nossa gente e que nunca, como agora, quando nossas reservas aproximam-se de 8 bilhões de barris, esteve tão próxima da auto-suficiência, que poderá ser alcançada, brevemente, desde que lhe sejam assegurados os recursos necessários ao seu plano de investimentos.

Indignação

2 fevereiro 90 — Nicodemos Maia, empregado da Petrobrás, lotado no Rio Grande do Norte, dirige carta ao superintendente do SERCOM, Carlos Leonam, manifestando sua indignação pelo modo preconceituoso e injusto com o qual a grande imprensa vem tratando a Petrobrás. Ele pede, também, que a Petrobrás assuma posição mais agressiva na defesa de sua imagem e de seus empregados perante a sociedade.

É com grata satisfação que pela primeira vez, dirigo-me a V. Sa., a fim de relatar fatos e acontecimentos ocorridos na Imprensa Nacional, mormente, no jornal a Folha de São Paulo.

Inicialmente posicione-me como empregado da Petrobrás-Sesen/Enor-ns-RN, Órgão do qual faço parte há aproximadamente dez anos, no Cargo de Mestre de Construção e Montagem. Em um segundo momento, posicione-me como Advogado e finalmente farei minhas colocações como leitor e assinante: da Veja, Isto é/Senhor, Folha de São Paulo e diversos outros jornais.

A minha primeira indignação surge a partir do momento que posto-me a ler os jornais e revistas supramencionados. Qual não é meu espanto ao verificar reportagens tendenciosas e capciosas, que maculam em um primeiro momento, perante a opinião pública, a imagem da nossa Companhia.

O jornal Folha de São Paulo ultimamente, tem sido veículo formador de opinião pública a serviço de interesses supranacionais com o objetivo precípua de preparar caminho a uma futura medida privativista.

Remeto no ensejo editorial do dia 02.02.90, do aludido Jornal, do qual com simples leitura, extrairmos as seguintes ilações:

a) a inflação é uma das causas do mau desempenho da Petrobrás nos últimos tempos; b) a ineficiência da holding Petrobrás é a raiz do seu péssimo desempenho; c) a Petrobrás pela primeira vez em sua existência, tem prejuízos e dívidas de grande monta; d) Existe na Petrobrás um sistema corporativista que a transforma em verdadeira fonte de privilégios para seus funcionários, de desperdícios e de favoritismo político; e) o Tesouro Nacional, como bom pai, sempre supri as perdas, isto é, a sociedade; f) Há estímulo à irresponsabilidade, que manifestando-se, impede-a de adotar medidas saneadoras; g) a Petrobrás é um monopólio, destarte, não possui um paradigma que valide a teoria apregoada e difundida à exaustão por ela própria, de que é uma empresa rentável e eficiente; h) se fosse a iniciativa privada que atuasse em seu lugar, a eficiência seria plena e incondicionada.

Para tirar estas conclusões não precisei de muito esforço, qualquer leigo seguiria este mesmo raciocínio. Este jornal é um dos principais veículos de comunicação do País, sendo no momento o mais vendido, o de maior tiragem e consequentemente o de maior penetração.

Urge crer, que as afirmações propaladas no editorial, se constituem em um verdadeiro desafio a que a Petrobrás venha a público e faça sua contestação. Os instrumentos legais e jurídicos estão disponíveis e o órgão competente existe o que nos falta então? Solução simplista encontraria apoio no aforismo do Direito Canônico: QUI TACET CONSETIRE NIDETUR, isto é quem cala consente.

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo contestou, em nota ao público, no jornal do mesmo dia, reportagem do dia anterior, asseverando que professores, deste Estado, ganhavam 4 (quatro) vezes menos que em



1959, e isto com apenas 24h da publicação espúria.

Se constitui esta conceituada empresa, pessoa jurídica de direito privado, cuja criação foi autorizada por lei, com patrimônio público, para realização de atividade econômica. Reveste-se na forma de empresas particulares, admite lucro e rege-se pelo Direito Comercial Brasileiro. Realiza em seu nome, por sua conta e risco, atividade econômica. Vive portanto em uma simbiose, o empreendimento privado, com amparo estatal. Uma vez colhidos estes ensinamentos do insigne Hely Lopes Meireles, não é difícil concluirmos pela sua natureza privada, bem como pela participação do investimento privado, oriundo das ações negociadas nas bolsas de valores.

Resta-me saber se a Petrobrás silenciará ante a tantos descabros, ou se assumirá posição ativa em defesa dos seus empregados e investidores. Cumpre ressaltar que não é esta a primeira vez que fatos dessa natureza ocorrem. Em reportagem anterior intitulada, MENOS ESTADOS MENOS MISÉRIA, a Petro-

brás foi o centro das atenções e infelizmente houve aceitação tácita do inteiro teor da matéria.

A Constituição Federal em seu art. 5º, inciso V, assegura o direito de resposta proporcional ao agravo, além da cominação da indenização, por dano material, moral ou à imagem. Ressalte-se que o dispositivo encontra-se em perfeita consonância com o disposto na Lei 5.250/67 (lei de imprensa). Saliente-se que o dispositivo constitucional, além de inovador, se constitui em norma de eficácia plena.

Finalizando estas incipientes linhas, reitero meu desejo de ver nossa empresa, em merecida posição de destaque, posição conquistada ao longo dos anos, pela perspicácia dos seus destemidos obreiros.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Sa., as expressões do meu elevado apreço e especial consideração.

NATAL, 02 de fevereiro de 1990.
NICODEMOS FABRÍCIO MAIA

Ofensa aos petroleiros

5 fevereiro 90 — O diretor de Pessoal da AEPET, Heitor Pereira, responde às críticas irresponsáveis feitas à Petrobrás em artigo assinado por Celso Lungaretti no jornal O FLUMINENSE.

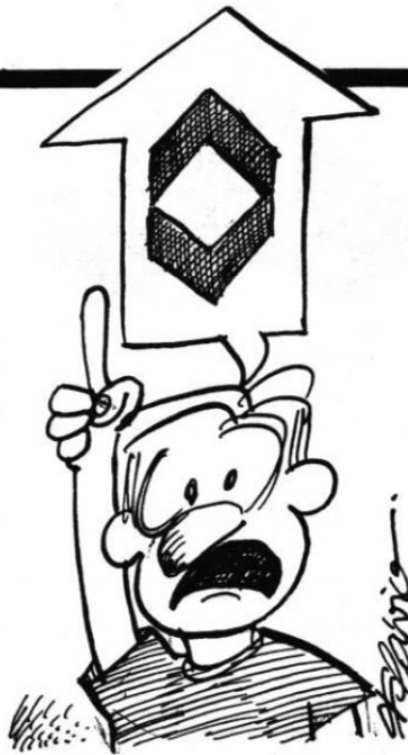
Prezados Senhores,

Com o título "O PETRÓLEO É DE QUEM?" O Fluminense publicou na edição de 31 de janeiro, página 4, artigo do Sr. Celso Lungaretti, o qual, pela linguagem grosseira e tom debochado com que se refere aos trabalhadores da PETROBRÁS não mereceria resposta.

O apreço pela inteligência dos leitores, o direito dos cidadãos à informação correta e a necessidade de fazer justiça aos milhares de brasileiros que construíram a maior empresa do país, nos levam a prestar esclarecimentos, retificar incorreções, restabelecendo a verdade.

Não é correto que a PETROBRÁS tenha 80.000 trabalhadores. Somos quase 60.000, operando 10 refinarias, uma fábrica de asfalto, 12 terminais marítimos, 9 plantas de gasolina natural, cerca de 8.000 quilômetros de oleodutos e gasodutos, 60 navios com mais de 5 milhões de toneladas de porte bruto (a segunda maior frota do mundo em termos de empresa), 6.400 poços produtores de óleo e gás, 74 plataformas marítimas, o maior centro de pesquisa da América Latina e centenas de outras instalações de menor porte.

A recente greve dos petroleiros, ao contrário do que afirma o Sr. Lungaretti não foi deflagrada "porque eles páram porque querem, quando querem e sem a mínima consideração para os danos e caos decorrentes." A greve, conquista democrática, constitucional e legal dos trabalhadores, aos quais cabe decidir a sua oportunidade e os direitos que por meio dela pretendem defender, transcorreu ordeira e pacificamente, sem incidentes, adotadas, pelos petroleiros e pela Companhia todas as medidas destinadas ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Os trabalhadores reivindicavam reposição de perdas salariais impostas, autoritariamente, pelos Planos Bresser e Verão, já conquistadas por muitas outras categorias. Foi do Tribunal Superior do Trabalho a decisão de não descontar os dias parados, maliciosamente classificada pelo articulista de "temporada de folga autodecretada". Eventuais e insignificantes faltas lo-



calizadas de gás de cozinha resultaram da ação criminosa de especuladores que se aproveitaram da greve para sonegar o produto e majorar ilegalmente os preços. Isto tem ocorrido, em diversas ocasiões, sem greve.

Em trinta e seis anos de atividades da PETROBRÁS jamais houve interrupção no abastecimento nacional, não obstante as crises de Suez (1956), dos Seis Dias (1967), as Guerras do Yom Kippur (1973), Irã-Iraque (1979), o suicídio de um presidente, a renúncia e a deposição de outros dois, crises institucionais e econômicas, além de vários distúrbios menores. Esta continuidade no suprimento demonstra o apreço dos trabalhadores da PETROBRÁS pela sociedade, da qual são servidores, e a consciência que têm da importância do monopólio estatal do petróleo para a segurança econômica e militar do país.

O Sr. Celso Lungaretti, no seu delírio irresponsável, refere-se à "tendência de opi-

nião favorável à privatização da PETROBRÁS". Recente pesquisa do DATA-FOLHA, publicada em 21.10.89, pela FOLHA DE SÃO PAULO, página B-8, mostra justamente o contrário. As pessoas consultadas, no Rio de Janeiro e em São Paulo, confiam na PETROBRÁS, consideram a empresa eficiente (84%) e desejam que continue sendo pública (65%).

Uma empresa como a PETROBRÁS, cuja competência e eficácia são reconhecidas internacionalmente, não se constrói com "generais de pijama, burocratas ociosos e sinecuras". Ergue-se com trabalho sério, dedicado, patriótico.

O "óleo brasileiro" não é "escasso" e nem de "má qualidade" como afirma o desinformado articulista. A nossa produção de óleo e gás equivalente já se aproxima de 800 mil barris diários e nunca estivemos tão próximos da auto-suficiência. As reservas nacionais de petróleo já se situam no nível de 8 bilhões de barris, superiores às da SHELL e da EXXON, as duas maiores companhias petrolíferas do mundo. Parcela expressiva destas reservas localizam-se em águas profundas, ocupando a PETROBRÁS posição de liderança na exploração da ordem de um milhão de barris diários, por um período de 21 anos, representando um potencial econômico de 160 bilhões de dólares.

Admirador fervoroso do Senador Roberto Campos — afinal há gosto para tudo — o Sr. Lungaretti insinua que "monopólio estatal de petróleo é fetiche de país subdesenvolvido", fingindo ignorar a irreversível tendência, na indústria do petróleo, de um controle estatal cada vez maior e absoluto, imposto por razões econômicas, de segurança e de soberania.

Em respeito aos direitos constitucionais de resposta e de acesso à informação solicitamos a publicação da presente, na íntegra.

Atenciosamente,
Heitor Manoel Pereira
Diretor

AEPET - Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS

Estatual sem destaque?

15 fevereiro 90 — O diretor de Comunicação da AEPET envia à sessão de cartas dos leitores do JORNAL DO BRASIL artigo condenando a discriminação das estatais na eleição da empresa de maior destaque de 1989, promovida pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Prezados Senhores,

A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, com o apoio do Jornal do Brasil, da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Associação Brasileira das Companhias Abertas, está promovendo eleição, com a participação de investidores nela cadastrados, para escolha da empresa que mais se destacou, em 1989, no atendimento aos acionistas e na divulgação de informações a todos os demais participantes do mercado. A companhia eleita receberá o PRÊMIO MAUÁ 89.

2. No folheto explicativo, encaminhado aos investidores, as entidades que promovem o evento esclarecem: "só não concorrem as empresas estatais".

3. Empresas estatais como PETROBRÁS, BANCO DO BRASIL, VALE DO RIO DOCE, BANESPA, BANERJ, TELERJ, TELEBRÁS, PETROQUISA, BANCO DO NORDESTE, com centenas de milhares de acionistas e ações intensamente negociadas nas Bolsas de Valores, desempenharam papel rele-

vante na criação do nosso mercado de capitais e são imprescindíveis à sua consolidação. Por isto, ressalvado algum motivo que não conseguimos alcançar, consideramos discriminatória e inaceitável, para as empresas e os seus acionistas, a posição da BVRJ, endossada pelas entidades que apoiam o evento.

4. Agradecendo antecipadamente a publicação da presente.

Cordialmente
Ricardo Maranhão

Verdade sobre o álcool

15 fevereiro 90 — O jornal TRIBUNA DA IMPRENSA publica artigo do associado da AEPET Roldão Simas Filho, membro do Grupo de Trabalho do Álcool coordenado pela entidade.

Os incentivos ao programa do álcool visavam sua implantação como em geral é necessário para quase todos os novos empreendimentos. E baseavam-se numa suposição - que não se concretizou - de que o petróleo se tornaria escasso, caro (acima de US\$ 50 o barril) e de que não teríamos divisas para importar as quantidades que necessitaríamos.

Como o petróleo não superou o patamar de 40 dólares/barril — e logo seu preço caiu para a metade — e como a produção nacional — de 170 mil quadruplicou para 680 mil barris/dia — e o consumo nacional se estabilizou, reduzindo as necessidades de importação, a gasolina não faltou. O álcool de cana-de-açúcar, por outro lado, não reduziu seu custo mas continuou sendo vendido mais barato do que a gasolina, ou seja, continuou sendo subsidiado, com ônus inflacionário, favorecendo os privilegiados que têm carro particular. Depois de 14 anos o programa não conseguiu se auto-sustentar, mostrando-se inviável economicamente. Mas continuou sendo sustentado artificialmente, ao contrário, por exemplo, da fabricação do avião anglo-francês — o Concorde — que foi paralisada apesar de ter custado milhões.

A indústria automobilística fabrica carros a gasolina para exportação. Seus motores são "mundiais", ou seja, são os mesmos que equipam seus carros em outros países, já que são transnacionais. O carro a álcool tem motor adaptado (é verdade que esta adaptação é hoje bem feita). Logo, como aliás está se verificando, não há mudanças. Não há caos no setor. As montadoras adotaram o carro a álcool, na época, porque havia (e ainda há) incentivos e vantagens: redução de IPI — 33% para o carro a gasolina e 28% para o carro a álcool. Isto é ponto que merece atenção do governo: a equalização da taxa dos veículos leves do ciclo Otto.

A elevação dos preços dos carros a gasolina (e até o ágio) tem de ser combatida com a abertura do mercado para a importação. Há um cartel instalado no país, com um mercado cativo. Não há concorrência. Não se oferecem carros modernos. Por que, afinal, não se importaram carros da Argentina? O Japão e a Coreia fabricam excelentes automóveis, mais baratos. Idem a URSS; o "Lada", por exemplo, é largamente comercializado na Espanha, onde há revendedores autorizados em todas as principais cidades.

Falácias dos produtores de álcool que precisam ser desfeitas: Economia de divisas.

O desequilíbrio da colocação de álcool hidratado no mercado interno acima dos volumes de gasolina — são 200 mil barris/dia de álcool contra 130 mil de gasolina — gera um excedente de gasolina, em torno de 100 mil barris/dia, que tem de ser exportado. E só há um comprador, os EUA, que a qualquer momento pode criar barreiras a essa importação. Assim deixamos de ser importadores (dependentes) de derivados de petróleo, graças ao nosso parque de refinação e nos tornamos dependentes da exportação de um derivado, a gasolina. Se formos obrigados a reduzir a produção de gasolina, deixaremos de produzir o



óleo Diesel que precisamos. Assim, na realidade, o excesso de álcool consumido no país não contribui para a redução de importação de petróleo. Pode é nos obrigar, além de exportar gasolina, a importar óleo Diesel e outros derivados.

Tecnologia do álcool.

Qual a tecnologia nacional desenvolvida e exportável? Nenhuma. A produção de álcool segue técnicas de amplo domínio público, utilizadas no mundo inteiro. E os motores, como já mencionamos, são os mesmos, adaptados para o álcool.

Empregos no campo.

Enquanto não houver uma mudança real no Brasil, a situação da mão-de-obra, especialmente no campo, será sempre a da exploração. Até piorou. Ao invés de colonos, fixados na terra, criou-se a figura do "bóia-fria", favelado na periferia das cidades do interior, que só tem salário diário, por produção, nos poucos meses da safra, sem falar na exploração do trabalho dos menores.

Energia renovável.

A cana-de-açúcar se replanta a cada safra, é verdade. Mas exige, cada vez mais, fertilizantes (em grande parte obtidos do petróleo). É uma cultura intensiva, empobrecedora. Cuba, por exemplo, luta para diversificar sua agricultura, produzindo cítricos em vez de cana-de-açúcar.

As reservas mundiais de petróleo, após os chamados "choques" de preços, na verdade aumentaram. A energia mais barata do século XX é o petróleo. E continuará sendo no século XXI segundo os especialistas.

O desenvolvimento econômico de qualquer país depende do emprego de energia mais barata (no caso, o petróleo). Insistir no álcool (que só move automóveis) é como insistir na lenha (também renovável...) Infelizmente o programa do álcool não tem vantagens econômicas, a não ser de servir de amparo para a agro-indústria sucro-alcooleira quando as cotações internacionais do açúcar estiverem em baixa. Aliás este é o seu real (mas não divulgado) objetivo. Basta lembrar que a lei sobre a adição de álcool à gasolina é da década de 30.

Aspectos estratégicos. Garantia contra nova crise do petróleo.

Já vimos que o álcool não substitui o petróleo; só a gasolina. Logo não chega a ser uma solução estratégica. Qual seria então?

O país industrialização mais dependente de importação de energia é a Itália. Mais do que o Japão. Como a Itália equacionou seu abastecimento de energia? Através da ENI (estatal) que atende ao mercado italiano com uma pro-

dução de 740.000 barris/dia e possui reservas de petróleo de 4 bilhões de barris, espalhadas em 23 países, com contratos de participação acionária com diferentes fornecedores.

Nossa solução passa por caminho semelhante. Devemos obter o gás da Bolívia, por exemplo. E, através da Braspetro, produzir petróleo onde for vantajoso: na Colômbia, no Mar do Norte, em Angola, etc, etc.

Como fontes estratégicas, dentro das nossas fronteiras, temos o gás natural, o xisto e ainda o carvão.

A poluição atmosférica urbana.

Todos os motores de combustão são poluentes. O transporte urbano não pode se apoiar no automóvel — transporte individual — tem de ser coletivo. E o transporte coletivo nas cidades de mais de 1 milhão de habitantes tem de ser atendido por meios de transporte de grande capacidade, como os metrô e trens metropolitanos, completamentados por ônibus elétricos ou a gás. Todas as nossas nove Regiões Metropolitanas — São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Belém e Curitiba e mais a área de Goiânia e de Brasília — já contam com populações acima deste limite. A urbanização exponencial do Brasil exige grandes medidas nas cidades para tentar evitar que as metrópoles sigam o modelo de Calcutá ou Cairo. Novamente o álcool não é o caminho da solução.

Então não há solução?

Mais uma vez pode-se dizer que Deus é brasileiro. A solução existe e é fácil. Não custa nada nem causa prejuízo a ninguém. É preciso apenas "congelar" o PROALCOOL, ou seja, não expandi-lo. Reduzir drasticamente a fabricação de carros a álcool, limitando-a aos modelos de menor cilindrada (só 30% destes).

Na medida em que se restabelecer o crescimento do mercado interno de gasolina, mantendo-se a adição de 22% de álcool anidro, a produção de álcool será direcionada e contingenciada para este produto que, como aditivo da gasolina, eleva sua octanagem, substituindo vantajosamente o chumbo tetra etila e, ainda, favorecendo a redução da emissão de poluentes.

É importante oferecer uma gasolina cada vez melhor ao mercado, prevendo-se o retorno da gasolina super (azul) para viabilizar o uso de motores mais eficientes e, portanto, de melhor conservação de energia.

Será garantido o abastecimento de álcool hidratado para a atual frota que, com o tempo, irá se reduzindo.

Por questão de justiça fiscal (e social) seriam eliminados os incentivos ao álcool, com a gradual elevação de sua paridade com a gasolina e a equalização dos impostos (IPI e IPVA) entre os veículos do ciclo Otto.

A cana-de-açúcar seria direcionada para a produção de açúcar, ou seja, onde há rentabilidade. Com o lucro da exportação obteremos as divisas que ainda precisamos para importar petróleo. A redução da área plantada com cana será utilizada de forma mais nobre, produzindo alimentos.